

# 1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS

## 'MUNDO' RURAL E PATRIMÓNIO

### Os senhores e os seus rendeiros: patrimónios e poder local

(Avis, 1778-1993)

**Maria Antónia de Figueiredo Pires de Almeida**

Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa,  
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa,  
Universidade Técnica de Lisboa.

### Introdução

Neste pequeno exercício comparam-se algumas fontes que nos permitem apurar a evolução das elites de Avis ao longo de dois séculos de grandes mudanças. Várias teses se têm escrito ultimamente sobre elites locais alentejanas, sobretudo a partir dos trabalhos pioneiros de Maria Manuela Rocha e Hélder Fonseca, respectivamente sobre Monsaraz e Évora<sup>1</sup>. O tipo de fonte utilizado por estes autores incluiu (entre muitos outros) os registos das Casas Agrícolas das famílias consideradas, material também explorado por Jorge Fonseca e por Conceição Andrade Martins e Ana Cardoso de Matos em diversos livros e artigos<sup>2</sup>. Rui Santos descreveu as elites de Mértola no século XVIII no seu artigo “Senhores da terra, senhores da vila...”<sup>3</sup>, no qual analisou o recrutamento para os cargos da Câmara e da Misericórdia, as duas mais importantes instituições do poder político local, onde as elites fundiárias dominavam.

No âmbito do Mestrado em História Social Contemporânea do ISCTE também foram produzidos alguns trabalhos sobre este tema, como por exemplo as teses de

---

<sup>1</sup> ROCHA, Maria Manuela – *Propriedade e Níveis de Riqueza. Formas de Estruturação Social em Monsaraz na 1ª Metade do Séc. XIX*, Edições Cosmos, Lisboa, 1993 e FONSECA, Hélder Adegar – *O Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1996.

<sup>2</sup> Por exemplo FONSECA, Jorge – “Um Nobre alentejano do século XVIII e a sua casa – o inventário de Valentim Lobo da Silveira”, in *Almensor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 8, 1990, pp. 227 – 261. *IDEM* – “Um Lavrador Setecentista Alentejano e o seu livro de «Memórias»”, in *Almensor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 13, 1995 – 1996, pp. 127 – 151. *Senhores da Terra. Diário de um Agricultor Alentejano (1832 - 1889)*, estudo e selecção de Ana Cardoso de Matos, M. C. Andrade Martins e M. L. Betencourt; prefácio de Jaime Reis, Temas Portugueses, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1982.

<sup>3</sup> SANTOS, Rui – “Senhores da terra, senhores da vila: elites e poderes locais em Mértola no século XVIII”, in *Análise Social*, Vol. XXVIII (121), 1993, pp. 345-369.

João Manuel Pereira sobre Torres Vedras, de Carla Faustino sobre Arraiolos<sup>4</sup>, e o artigo de Zélia Pereira sobre Almada<sup>5</sup>. No mesmo contexto foram estudadas as elites de Avis entre 1886 e 1941<sup>6</sup>. Este intervalo de tempo foi agora alargado para a investigação em curso, a integrar na dissertação para doutoramento.

## 1778

A partir da comparação entre os arrolamentos de elegíveis para os cargos de vereadores da câmara e os maiores contribuintes nos livros das décimas<sup>7</sup> dos finais do século XVIII, pode definir-se o grupo detentor do poder político local, que se caracteriza, já neste período, pela posse da terra ou da sua exploração directa sob a forma de arrendamento.

O universo considerado é o da grande propriedade fundiária. O concelho de Avis tinha 152 herdades em 1778, um número que não sofre grandes alterações ao longo dos séculos: em 1836 tinha 169, em 1975 tinha 141. Só foi possível apurar as respectivas dimensões em 1975, ano em que a maior herdade, denominada Camões, media 4.500 ha, enquanto a dimensão média rondava os 340 ha. Quanto aos nomes das herdades, em 64 dos casos estes mantêm-se nas três datas referidas, e em 136 casos os nomes repetem-se em 1836 e 1975. O Livro de Décimas de 1778 tem a particularidade de apresentar nas últimas páginas uma listagem de todos os *Maneios* (impostos sobre o trabalho) pagos pela população local, a qual se aproxima de um

---

<sup>4</sup> Resumidos em: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.) – *Estudos Autárquicos*, Boletim do Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, Ano IV, nº 6 e 7, 1º e 2º Semestres de 1996.

<sup>5</sup> PEREIRA, Zélia – “Estruturas Agrárias, Sociedade Local e Poder Municipal em Almada (1827)”, in *Anais de Almada. Revista Cultural*, 2, 1999, pp. 121 – 156.

<sup>6</sup> ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de – *Elites Sociais Locais Alentejanas: Continuidade e Mudança. Avis 1886 – 1941*, tese de dissertação para obtenção do título de Mestre, ISCTE, Lisboa, 1997, publicada com o título *Família e Poder no Alentejo. Elites de Avis – 1886-1941*, Edições Colibri, Lisboa, 1997.

<sup>7</sup> Os livros de décimas de Avis vão de 1690 a 1836. O imposto da Décima, ou Décima Militar foi criado pela lei de 5 de Setembro de 1641 para fazer face às despesas mais urgentes que o Governo de D. João IV enfrentou após a Restauração. Este imposto consistiu numa contribuição geral sobre a propriedade: “as décimas de todas as fazendas, não se exceptuando género algum de pessoa, que deixasse de contribuir a dez por cento, de qualquer fazenda de que fosse senhor...”. A reforma fiscal de Mouzinho da Silveira em 1832 substituiu a décima por novas modalidades de contribuições. Ver TORRES, Ruy d'Abreu – “Décima”, in *DHP*, vol. II, pp. 274 – 275 e ainda FONSECA, Jorge – “Uma Vila Alentejana no «Antigo Regime» – Aspectos Sócio-económicos de Montemor-o-Novo nos séculos XVII e XVIII”, in *Almancor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 4, 1986, pp. 119 – 207.

levantamento exaustivo de todos os indivíduos que exercem algum tipo de trabalho nesse ano no concelho. O resultado obtido é o retrato de uma sociedade que já em finais do séc. XVIII era fortemente marcada pela presença da mão-de-obra assalariada, com 53% de trabalhadores<sup>8</sup>. Tal como na generalidade do Alentejo nesta época, os senhores da maioria das terras de Avis e seu termo eram nobres absentistas: o Duque do Cadaval, com 7 herdades; D. Filipe de Sousa Coutinho, com 2 herdades; e o Conde do Vimieiro, com 5; ou o Desembargador José Inácio de Pina Manique, que em 1800 era proprietário na Freg. de S. Pedro, Ervedal; ou instituições religiosas, como o Convento da Vila de Avis, as Freiras de Sta. Clara de Portalegre, Freiras de Portalegre, os Cónegos da Cidade de Évora, e ainda a Misericórdia e a Confraria do Espírito Santo da vila de Avis. O convento de Avis ainda é visível na vila, se bem que em ruínas. A Misericórdia continua a ser a principal instituição de solidariedade social. Quanto aos grandes senhores, não deixaram vestígios a nível local. Quem de facto dominou a cena política, económica e social do concelho durante mais de 200 anos, construindo fortes marcas da sua presença, foram os grandes rendeiros e os proprietários de herdades de dimensões médias (entre 500 e 1.000 ha). Estes lavradores locais abastados residiam nesta época nas sedes das suas lavouras (os montes) e geralmente acumulavam cargos militares de prestígio local, como Sargento-Mor e Capitão de Ordenanças. Este é o caso de um certo Capitão-Mor João Vaz Teles, Lavrador que em 1778 residia na Herdade da Fonte Ferreira, cujos senhorios eram os Cónegos da cidade de Évora. Apesar de ser o 5º maior proprietário do concelho neste ano, a sede da sua lavoura era numa herdade arrendada. Este facto explica-se pela instituição do chamado Direito de Colónia, legislado pelo Marquês de Pombal em 20/6/1774, e que passou a permitir aos lavradores rendeiros a exploração das terras de forma permanente e sem aumento das rendas. Esta lei foi reafirmada em 27/11/1804, com a condição de “residência, lavoura instalada e fazer benfeitorias. Protegidos por esta legislação passaram a estar todos os lavradores rendeiros da região, muitos deles grandes proprietários locais”<sup>9</sup>.

Foi este grupo que constituiu a elite política dos finais do Antigo Regime, integrando as listas de elegíveis nas principais posições e detendo, de facto, o poder local. No arrolamento para os anos de 1799 a 1802 destaca-se a figura do boticário, o

---

<sup>8</sup> ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de – “Classificações ocupacionais em meio rural: abordagem inicial do concelho de Avis a partir de algumas fontes”, Seminário *Classificações Ocupacionais e Classificações Sociais*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 7-8 Outubro, 1999. Disponível em [WWW.PACO.ISCTE.PT](http://WWW.PACO.ISCTE.PT).

<sup>9</sup> FONSECA, Helder Adegar e SANTOS, Rui – “Três séculos de mudanças no sector agrário alentejano: a região de Évora nos séculos XVII a XIX”, *Ler História*, 40 (2001), p. 63.

único cujo prestígio era conferido pela profissão que exercia e não pelo poder económico. Os procuradores do concelho, pelo seu lado, já eram de outras categorias sócio-profissionais mais baixas: logista, “sua agencia” (vivia de rendimentos), mercador de roupas, carpinteiro e alvanéu (pedreiro).

O património destas elites locais é constituído principalmente por quantidades de terra variáveis em área e produtividade: além de possuírem ou arrendarem herdades, era frequente a posse directa de pequenas hortas, ferragiais, tapadas, vinhas, olivais ou courelas que “fabricavam” directamente e pelas quais pagavam um imposto por vezes tão alto como algumas herdades, dependendo da proximidade da água. A posse da terra era complementada na maior parte dos casos por alguns prédios urbanos nas vilas do concelho. Os maiores lavradores locais tinham geralmente várias casas com “altos” e “baixos”, das quais recebiam rendas avultadas.

## 1836

O livro de décimas de 1836 revela-nos uma cristalização destas características das elites locais, cujo património aumentou consideravelmente. Em grande parte dos nomes foi possível apurar descendência directa das listas anteriores, o que mostra a permanência das famílias.

### QUADRO I:

<b>Maiores Proprietários em 1836</b>	<b>Valor da décima dos prédios rústicos</b>	<b>Categoria profissional</b>
António de Almeida (D.)	57.240	Proprietário e Senhorio de 4 herdades
Duque de Palmela	40.505	Proprietário e Senhorio de 11 herdades e 1 horta
Duque de Cadaval	30.890	Proprietário e Senhorio de 7 herdades e 2 hortas
José Jerónimo da Gama Lobo Pimentel, do Alandroal	27.670	Senhorio de casas / Proprietário, senhorio e lavrador de 6 herdades, lagares, olivais, hortas, tapadas, courelas e ferragiais
Henriqueta (D.)	23.787	Proprietário e Senhorio e 3 herdades
José Godinho de Campos (herdeiros de), da vila de Galveias	20.700	Proprietário e lavrador / rendeiro / senhorio / 9 herdades, hortas
João Pessanha (D.), de Lisboa	20.304	Proprietário e Senhorio de 1 herdade
José Inácio de Torres Macedo Reydon (Morgado)	17.935	proprietário de forno de pão e lagar / senhorio de casas, celeiro e palheiro / proprietário e lavrador / senhorio / rendeiro de olival / herdades, hortas, etc.
Luís de Macedo, de Évora	16.490	Proprietário e Senhorio, 3 herdades
Luís Coutinho, de Estremoz	16.305	Proprietário e Senhorio: 2 herdades, 4 ferragiais, 1 horta e 2 courelas
Total das décimas pagas pelos 10 maiores proprietários	271.826	
total das décimas dos prédios rústicos	685.257	

Como se pode ver no quadro I, verificou-se grande transferência da titularidade das terras, passando D. António de Almeida e o Duque de Palmela para os primeiros lugares da lista dos maiores proprietários, enquanto o Duque de Cadaval ficou em terceiro lugar. Os 10 primeiros pagavam um total de 271.826 réis de décimas, o que corresponde a 39,7% do total das décimas dos prédios rústicos pago nesse ano. Os maiores proprietários rurais eram também grandes proprietários urbanos: o total das décimas pagas sobre casas na vila de Avis foi de 77.417 réis, dos quais estes 10 primeiros da lista pagaram 31%.

Com a lei da desamortização e incorporação dos bens das ordens religiosas na Fazenda Nacional, esta passou a receber a maior parte dos foros do concelho, anteriormente nas mãos do Convento de Avis. O grupo dos elegíveis continuou a incluir os lavradores rendeiros locais mais abastados. Podemos ver por exemplo no Quadro II o lavrador António Lopes, rendeiro de 10 herdades, além de proprietário de mais uma da qual recebia foro. Pagava os impostos mais altos pela sua actividade e possuía uma casa agrícola considerável. Os seus descendentes adquiriram a maioria das herdades que ele arrendava e constituem na actualidade uma das famílias mais ricas da região. Neste arrolamento para os anos de 1832-34 acentuou-se a presença de membros das profissões urbanas mais prestigiadas, como os cirurgiões, médicos, boticários e militares. Este grupo geralmente também possuía algum património sobretudo urbano. Por exemplo, o cirurgião Luís Mendes Fortio pagava 1.348 réis de décimas pelos seus prédios urbanos (que arrendava), 600 de maneio, 2.120 pelos seus prédios rústicos e 10.800 de décima pelos seus partidos (como cirurgião), portanto pagava mais impostos pela sua actividade profissional do que pelos rendimentos que retirava da lavoura. Além disto ainda era um pequeno rendeiro de 3 ferregiais e uma tapada. Como nota de curiosidade, os descendentes de António Lopes e de Luís Mendes Fortio casaram entre si, unindo-se assim dois patrimónios que conferiam grande prestígio a nível local: o património fundiário de um, com o património cultural e o prestígio sócio-profissional do outro.

**QUADRO II:**

<b>Arrolamento dos elegíveis para vereadores na Villa de Avis para os anos de 1832, 1833 e 1834</b>		<b>Livro de Décimas de 1836</b>
<b>Arrolados para vereadores:</b>	<b>Título ou profissão</b>	<b>Posição:</b>
Joaquim José de Castro		24º proprietário; também arrenda 4 herdades e tem várias casas arrendadas
Luiz Mendes Fortio	cirurgião	72º proprietário rústico, 1º nas décimas pagas pelos partidos de cirurgião; 4º lugar nas décimas pagas pelos prédios urbanos; rendeiro de 3 ferregiais e 1 tapada.
João Xavier Leitão	boticário	Proprietário de casas
Manuel José Ribeiro Xavier de Liz	boticário	
Antônio Luiz Ribeiro		43º proprietário
Domingos Antônio Barreto	boticário	
Jerônimo José de Mello	médico	29º proprietário
José Ignácio Torres de Macedo	"vive de sua fazenda"	8º proprietário, também rendeiro
João Maria de Lemos	Capitão de ordenanças	113º proprietário
Antônio de Lemos da Gama Lobo Pimentel	Alferes de Milícias do Regimento de Portalegre; "vive de sua fazenda e Lavoura"	82º proprietário
Joaquim Gomes Leão	Capitão de ordenanças	63º proprietário e rendeiro e 1 herdade
Vasco José da Silva	"vive de sua fazenda"	11º proprietário
Simão Gomes Moes	"vive da sua fazenda"	
Antônio Lopes	"vive de sua fazenda"	1º rendeiro, arrenda 10 herdades e paga o manejo mais alto: 2.170 réis. Proprietário do foro de uma herdade.
José Dordio Lobatto		
Simão Varella (solteiro, 24 anos)	Alferes de ordenanças	
Simão Varella (viúvo, 26 a., primo do ant.)	"vive de sua fazenda e lavoura"	Rendeiro de uma herdade.
Manoel João Varella (irmão do anterior)	"vive de sua fazenda e lavoura"	Foreiro de uma herdade
João Nepumesceno dos Reis	Alferes de ordenanças	Proprietário de uma courela
José da Costa	"vive de sua fazenda"	rendeiro de 2 herdades
José Pais Telles	"vive de sua lavoura e fazenda"	rendeiro de 2 herdades e 1 courela
<b>Procuradores:</b>		
Pedro Rodrigues Moreno	"vive de sua agência"	
Antônio Marques	oficial de carpinteiro	
João de Deos	Ajudante de ordenanças	
Ildefonso José	Oficial de ferreiro	

**1910**

Avis entra no século XX com os descendentes dessas elites ocupando exactamente a mesma posição na sociedade local e nas instituições de poder. A grande diferença foi a transferência de propriedade da terra: os maiores rendeiros passaram a maiores proprietários (foram adquirindo terras, preferentemente aquelas que tinham arrendado anteriormente) e a Maiores Contribuintes (MC) da contribuição predial<sup>10</sup>. Alguns deles adquiriram ou aumentaram as suas moradas nas vilas, mudando a sua residência das sedes da lavoura para os prédios urbanos. Outros embelezaram as casas dos montes, construindo verdadeiros palácios. Da análise da lista dos 40 Maiores Contribuintes do concelho de Avis em 1910 foi possível apurar os seguintes resultados:

Os primeiros 7 MC pagavam 51% do total das contribuições pagas pelos 40. Só o primeiro pagava 12% do total. Isto indicia uma elevada concentração de propriedade fundiária nas mãos de muito poucas famílias, pois entre estes 7 havia casos de laços de parentesco próximos (2 deles eram cunhados). Ainda neste grupo inicial foi possível verificar 6 casos de descendência directa (ou do cônjuge) dos elegíveis dos finais do Antigo Regime. No total, 29 eram descendentes directos, 11 não tinham qualquer ascendente conhecido. 28 moravam nas vilas, 12 nos montes (neste grupo inclui-se o primeiro MC).

Quanto aos seus descendentes, em 62,5% dos casos estes mantiveram fortes ligações à propriedade fundiária, o que permite verificar um grau elevado de permanência das famílias.

**Quadro III: Os 40 Maiores Contribuintes em 1910**

<b>Descendentes em meados do séc. XX:</b>	<b>nº</b>	<b>%</b>
Grandes Proprietários rurais	15	37,5
Pequenos Proprietários rurais	10	25,0
Comerciantes e Funcionários	2	5,0
Nenhuns ou desconhecidos	13	32,5

Tal como afirmou Carlos Portas, “as «herdades» continuam a perpetuar as velhas doações, não diminuindo a sua dimensão, como seria de esperar, pela nacionalização dos bens das ordens religiosas (...) As estruturas fundiárias

permanecem, quando se dá a onda inflacionária dos fins do século passado (XIX...) a partir daí processa-se uma rápida substituição de proprietários: as velhas famílias, normalmente ligadas à nobreza palaciana ou aos altos dignatários, e portanto absentistas, vendem progressivamente as suas herdades a uma nova burguesia de rendeiros e comerciantes"<sup>11</sup>. Estas aquisições foram sendo efectuadas ao longo do século XIX com os capitais realizados com a própria lavoura, ou com o recurso ao crédito particular. A actuação da Misericórdia nesta matéria também pode ter sido importante, mas não encontrei registos nesse sentido. Houve também alguns casos isolados de recurso à banca. No entanto estas situações eram bastante dificultadas a nível local devido à distância em relação aos principais centros, como por exemplo Évora, onde a actividade bancária estava mais desenvolvida. Os incentivos fornecidos pelas leis proteccionistas dos finais do século XIX também terão eventualmente contribuído para a consolidação das propriedades fundiárias destas famílias. Verificou-se também um caso de repatriamento de capitais para investir em herdades no Alentejo: em meados do século XIX um filho de um médico eborense que enriquecera em França, adquiriu algumas herdades no concelho, reconstruiu um monte em forma de castelo, com ameias, uma sala de armas onde praticava esgrima e disparava um canhão todos os dias...

Entre os antigos proprietários, apenas o Duque do Cadaval continuou com a posse da herdade de Camões, a maior do concelho, até meados do século XX. O seu nome nunca fez parte das listas dos elegíveis locais, nem dos recenseamentos eleitorais (portanto também não pertence à lista dos MC). O seu rendeiro, pelo seu lado, pertencia a uma das mais importantes famílias da elite local. Nos anos 40 possuía uma casa na vila, pertencia aos órgãos dirigentes das instituições de poder e convidava personalidades importantes da política nacional para grandes caçadas na "sua" herdade, comportando-se em todas as situações como os grandes proprietários locais, aliás seus parentes próximos. Muitos destes lavradores construíram casas agrícolas exemplares, com todos os componentes descritos por Silva Picão na sua obra fundamental para o conhecimento do Alto Alentejo neste período<sup>12</sup>. No entanto, para Léon de Poincard, este grupo nunca passou de simples camponeses

---

<sup>10</sup> Esta classificação encontra-se nos livros do Recenseamento Eleitoral e fazia parte dos critérios de elegibilidade para os cargos de vereador e procurador do concelho.

<sup>11</sup> PORTAS, Carlos – "O Alentejo: situação e perspectivas sócio-económicas", in *Análise Social*, vol. V (18), Lisboa, 1967, p. 190.

<sup>12</sup> PICÃO, José da Silva – *Através dos Campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1983 (edição original de 1903, reeditada em 1947).



enriquecidos: “simples paysans enrichis, soit par des héritages, soit par un accroissement successif du domaine, au moyen d'économies qui augmentent naturellement avec l'étendue de la propriété.”<sup>13</sup>, o que pode ser aplicado à descrição das elites de Avis na mesma época. Este autor francês visitou Portugal no início do século XX e produziu uma análise bastante realista da lavoura portuguesa (além do sector das pescas e das minas). No que diz respeito ao Alentejo e Ribatejo, realizou um trabalho de etnografia muito completo, com levantamentos de casos e histórias de vida, inventários de bens e de actividades de membros dos diferentes escalões da sociedade rural analisada, desde o património dum grande proprietário, passando pelo de um lavrador, ao pequeno proprietário que faz trabalho assalariado eventual e ao jornaleiro sem terra. Quanto aos bens descritos por este autor, encontram-se enormes semelhanças com os que estão referidos nos inventários por morte dos grandes proprietários do concelho de Avis<sup>14</sup>, incluindo as suas propriedades rústicas e urbanas (sempre com os tais “altos” e “baixos”), as alfaias e algumas máquinas agrícolas, os equipamentos como moinhos, lagares, fornos; as enormes quantidades de “semoventes” (o gado vivo), os produtos armazenados e ainda o mobiliário e enxoval. Poinsard analisou também o tipo de vida, alimentação, condições de higiene, habitação, e previu que quando os lavradores descritos morressem, os filhos desceriam a uma condição inferior com as partilhas. Acrescentou ainda que eles nem iam notar a diferença no estilo de vida, pois já tinham um modo de existência muito medíocre<sup>15</sup>. Neste pormenor as elites de Avis distinguem-se por um certo emburguesamento que se produziu no início do século XX, pelo interesse na educação dos filhos, em muitos casos com instrução de nível superior (licenciaturas em Direito, Medicina e Farmácia), e pelas estratégias matrimoniais adoptadas para colmatar essas situações de partilhas indesejáveis.

As transições revolucionárias da primeira metade do século XX em nada afectaram este grupo. Tanto na República, como no Estado Novo, a presidência da câmara continuou a ser exercida pelas mesmas famílias, e a Misericórdia continuou a ter como provedor os mesmos padres ou médicos, que acumulavam a sua profissão com a lavoura. A introdução dos organismos corporativos, neste caso o Grémio da Lavoura e as Casas do Povo, apesar de alguma resistência inicial por parte de alguns proprietários, também não veio alterar os equilíbrios tradicionais de poder: pelo

---

<sup>13</sup> POINSARD, Léon – *Le Portugal Inconnu. Paysans, Marins et Mineurs*, Bureaux de la Science Sociale, Paris, 1910, p. 185.

<sup>14</sup> Descritos e analisados ao pormenor na tese de mestrado, ALMEIDA, *op. cit.*

<sup>15</sup> POINSARD, Léon – *Op. cit.*, p. 188.

contrário, a sua estrutura de funcionamento consolidou a posição das elites, que rapidamente se apropriaram da sua direcção.

Os tradicionais senhores da terra permaneceram à frente do poder político até 1950, ano em que este cargo passou para as mãos de membros das elites dos serviços, com fortes ligações à União Nacional: um farmacêutico primeiro, seguido de um professor de liceu. Nestes anos assistiu-se também a uma certa profissionalização da actividade agrícola, com os filhos dos maiores proprietários a tirarem cursos técnicos e superiores nas áreas da Agronomia e da Medicina Veterinária.

## 1974

A revolução de 25 de Abril de 1974 introduziu novos grupos nos cargos do poder político local, afastando definitivamente a posse da terra dos critérios de elegibilidade. Foi também decisiva para o movimento da Reforma Agrária que lhe sucedeu e que, apesar de não ter resultado numa transferência definitiva de propriedade, afastou de forma permanente as antigas elites do poder local e, na maior parte dos casos, da actividade agrícola como profissão principal. Antes já havia muitas famílias com membros que tinham outras profissões, mas havia sempre um que se dedicava à agricultura como actividade profissional, ou outros que simplesmente não exerciam a actividade para a qual se tinham licenciado para se dedicarem em exclusivo à agricultura. A ocupação de terras entre 1975 e 1989 (em alguns casos, até 1993), obrigou a maior parte dos proprietários ou seus descendentes a seguir percursos sócio-profissionais alternativos à agricultura, e já não complementares.

Desde sempre se ouviu a famosa frase: "A agricultura é a arte de empobrecer alegremente!" Já em 1886 o Visconde de Coruche advertia: "A agricultura não é indústria para fazer grandes fortunas (...) mas sim para viver normalmente, criando o pão necessário de cada dia..."<sup>16</sup>. No entanto, enquanto Portugal manteve as características de país essencialmente agrícola, as políticas de apoio à agricultura, dirigidas principalmente à grande lavoura do sul, sob a forma da protecção cerealífera, permitiram que este grupo mantivesse um nível de vida elevado, o qual se manifestava exteriormente de forma bastante visível. Não só as casas e os carros contrastavam com a pobreza geral envolvente, mas sobretudo a atitude e os comportamentos sociais destacaram as elites do resto da população. Com a tendência para a

---

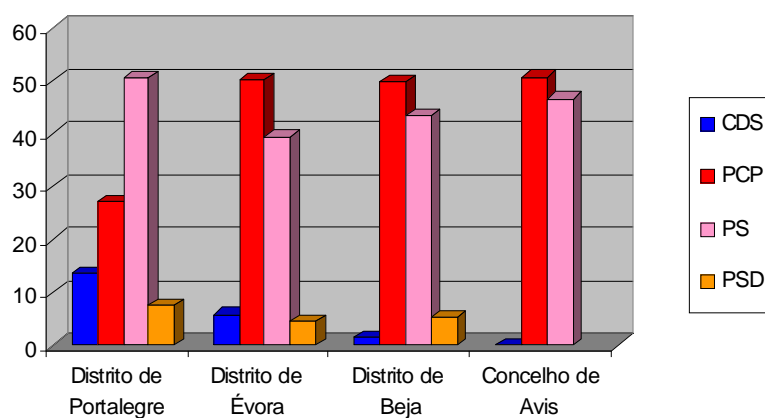
<sup>16</sup> LUZ, Caetano da Silva, Visconde de Coruche (1842-1904) – *A agricultura e o paiz: a independencia e a liberdade definidas pela cultura dos cereaes*, Typ. Universal, Lisboa, 1886, p. 7.

subalternização da agricultura que se verificou no último quarto do século XX, e mais marcadamente com a entrada na CEE e a introdução da PAC, a actividade agrícola perdeu quase por completo a sua viabilidade económica, colocando sérias dificuldades à profissão.

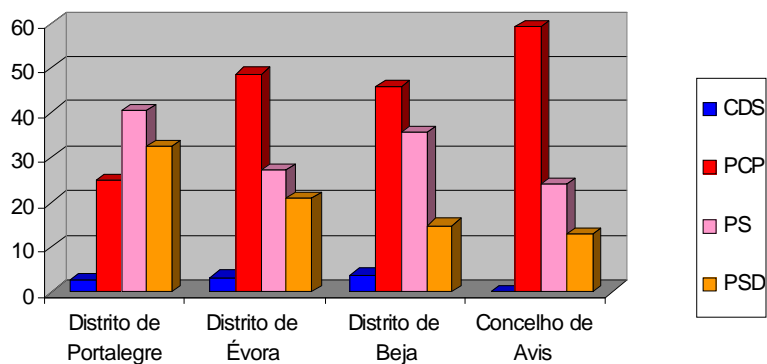
Os actuais agricultores do concelho de Avis detêm ainda grande patrimónios fundiários. Muitos são os descendentes directos das elites que 200 anos antes arrendavam as terras dos grandes senhores. Outros chegaram de novo para comprar terras, incluídos num movimento parecido com o de meados do século XIX, quando alguns industriais e outros grupos urbanos compraram terras no Alentejo com o objectivo de adquirir algum estatuto social que careciam. No entanto, a categoria de proprietário já não lhes confere o poder económico que 50 anos antes ainda era uma realidade. Actualmente o objectivo da posse da terra no Alentejo está muito mais virado para as actividades de recreio e para a realização de uma tendência ligada à moda do abandono dos centros urbanos “poluídos e *stressantes*” em nome de uma certa “qualidade de vida”, não abandonando, no entanto, as suas profissões urbanas, de onde retiram a maior parte dos seus rendimentos. Isto não se aplica aos maiores proprietários dos montados de sobro: estes ainda podem viver exclusivamente da agricultura, mas são já tão poucos que se contam pelos dedos.

A tendência descrita tem consequências directas na sua ausência do poder local: na sua qualidade de *turistas*, completamente alheios à vida social local e afastados da pouca população que ainda resta, com relações muito mais fortes com a capital, onde chegam em pouco mais de uma hora, estes grupos não participam da política local. Mesmo que o desejassem, o concelho de Avis tem um comportamento eleitoral completamente adverso às filiações políticas das elites económicas. Desde as primeiras eleições constituintes em 25/4/1975 que ganha o PCP, ou as suas coligações, com maioria absoluta. A esquerda atinge estes resultados não apenas nas eleições autárquicas, mas também nas legislativas. Ainda nas últimas de 10/10/1999 a CDU ganhou com mais de 50% em apenas dois concelhos em todo o país: Avis e Serpa. O comportamento eleitoral do concelho de Avis aproxima-o muito mais dos distritos de Beja e Évora do que do distrito de Portalegre a que pertence e onde o Partido Socialista obteve sempre a maioria. Só para comparação, podemos ver os quadros dos resultados eleitorais em 1976 e 1993. Avis foi o único concelho onde o PCP ganhou todas as eleições autárquicas. Ponte de Sor e Sousel também tiveram maioria PCP em 1976, mas em 1993 o primeiro votou PS e o segundo PSD, enquanto os concelhos de Crato e Nisa passaram a votar maioritariamente PCP.

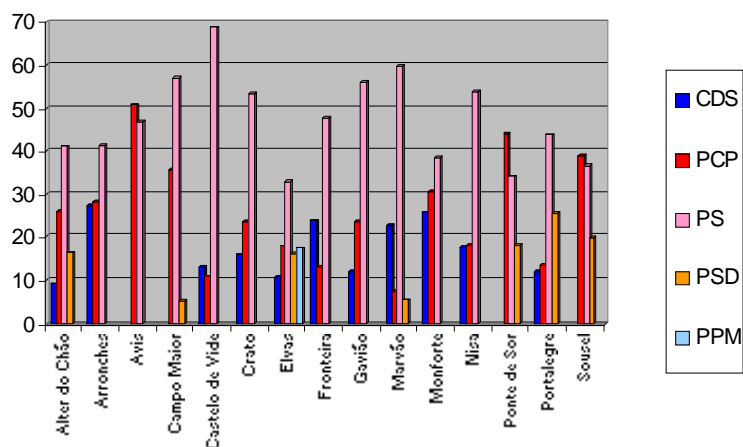
**Resultados das eleições autárquicas de 1976 (%)**



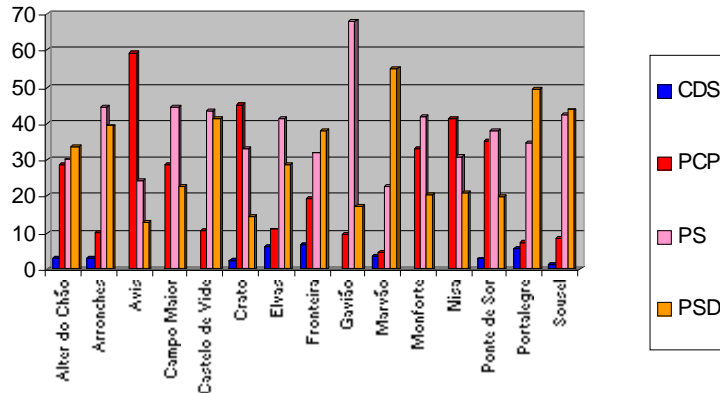
**Resultados das eleições autárquicas em 1993 (%)**



**Resultados das eleições autárquicas no distrito de Portalegre em 1976**



**Resultados das eleições autárquicas no distrito de Portalegre em 1993**



Este comportamento eleitoral do concelho de Avis está directamente relacionado com a estrutura da propriedade do concelho, diferente da maioria do distrito de Portalegre. É o resultado de inúmeros factores sociais que despoletaram no movimento de ocupação de terras da Reforma Agrária. Entre eles um forte ressentimento geracional acumulado, apesar de nesse altura já não se verificarem as motivações aparentes para tal movimento. Em Avis este processo atingiu proporções fortíssimas e criou um clima de hostilidade declarada entre as duas facções sociais e políticas em disputa. Desfizeram-se redes de sociabilidade e criaram-se outras. As elites políticas foram definitivamente substituídas. Os grupos actualmente no poder autárquico estão ligados aos serviços e não possuem qualquer ligação à terra (esta tendência já se verificava desde os anos 50, mas o Presidente da Câmara era nomeado directamente pelo Governador Civil, de acordo com a sua filiação na União Nacional e com o apoio das elites locais). Os critérios de recrutamento viraram-se para a filiação política quase exclusivamente, se bem que o carisma pessoal também tivesse sido relevante, sobretudo nas primeiras eleições democráticas.

Neste aspecto, Avis não se distingue muito dos restantes concelhos do distrito, onde a presidência e as vereações das câmaras foram ocupadas durante a maior parte do século por grandes proprietários rurais, e onde as novas elites foram recrutadas maioritariamente em grupos diferentes. Podemos ter essa noção analisando o quadro com as categorias sócio-profissionais dos presidentes das 15 câmaras do distrito no período de transição para a democracia: uma clara maioria das câmaras estava em 1974 nas mãos de grandes lavradores, 4 dos quais acumulavam a profissão agrícola com licenciaturas em Medicina, Agronomia e Veterinária; portanto

dos 5 licenciados, apenas um não era grande proprietário rural. A nomeação das Comissões Administrativas (1974-76) e as eleições que lhe seguiram (12/12/1976) implicaram a substituição total destes indivíduos, incapacitados pela legislação revolucionária<sup>17</sup>. No entanto, alguns antigos vereadores pertenceram às Comissões Administrativas, como foi o caso de Castelo de Vide, onde o presidente nomeado em 14/11/1974 fazia parte das elites locais tradicionais e ao grupo dos proprietários rurais. Também Nisa e Portalegre tiveram nesta altura presidentes deste grupo. Nos novos grupos emergentes salientam-se os comerciantes, os funcionários públicos e os engenheiros técnicos agrários, completamente desligados da propriedade fundiária.

**Quadro IV:**

<b>Profissões dos Presidentes da Câmara:</b>	<b>(...) 1974</b>	<b>1974/1976</b>	<b>1977/1979</b>	<b>1980 (...)</b>
Grandes Proprietários Rurais	<b>10</b>	3	1	0
Professores	<b>3</b>	2	0	2
Funcionários Públicos	0	2	<b>3</b>	1
Comerciantes (inclui o motorista de taxi)	0	<b>4</b>	3	2
Industriais	1	1	<b>2</b>	1
Trabalhadores Rurais	0	<b>1</b>	0	0
Licenciados: Agronomia, Medicina, Veterinária, Direito, Farmácia	<b>5</b>	4	1	2
Artesão: pedreiro, serralheiro	0	0	1	<b>2</b>
Bancário	0	0	<b>2</b>	<b>2</b>
Padre	0	0	<b>1</b>	0
Engenheiros Técnicos Agrários	0	0	0	<b>3</b>

### **Nota final**

Em Avis, o mesmo grupo de famílias caracterizadas pela posse de grandes lavouras (em terras próprias ou arrendadas) manteve o controlo do poder local ao longo de 2 séculos de grandes mudanças: atravessou a revolução liberal, a queda da monarquia e a implantação do Estado Novo. Apesar de alguns dos seus membros

<sup>17</sup> Decreto-Lei nº 621-A e B/74, de 15-11-1974: Determinou os indivíduos que, por funções exercidas antes do 25 de Abril de 1974, não podiam ser eleitores da Assembleia Constituinte ou eleitos para a mesma assembleia. Incluíam as personalidades que exerceram cargos a nível nacional, desde o Presidente da República, aos governadores civis. A nível local: os presidentes das câmaras; membros da União Nacional, Legião Portuguesa, e outros, como os membros das comissões de censura, etc.

terem oferecido alguma resistência a cada uma dessas revoluções no seu início, a todas se adaptaram, controlando as instituições do poder, tanto as tradicionais (Câmara e Misericórdia), como as que foram sendo criadas: sindicatos agrícolas na República, Grémio e Casas do Povo no Estado Novo. Nas palavras de Rui Santos, os “senhores da terra” continuaram “senhores da vila”, até que a revolução de 1974 os afastou definitivamente.

## **FONTES**

- Inventários por morte.
- Livros de Décimas de Avis e seu termo, 1690-1836.
- Livros do Recenseamento Eleitoral do concelho de Avis, 1836-1990.
- Livros de Actas das Câmaras Municipais de Avis, Alter do Chão, Arronches, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre, Sousel.
- ANTT. Desembargo do Paço. Alentejo e Algarve. Arrolamentos dos elegíveis para vereadores da vila de Avis para os anos de 1799-1801, 1829-1831, 1832-1834.
- Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Avis: livros de actas das sessões realizadas entre 1850 e 1998. Livros de admissão de doentes do hospital, 1847-1956.
- Arquivo privados no concelho de Avis: Fundação Abreu Calado, Benavila; Arquivo Pais Telles, Ervedal (escrituras de compra de herdades e livros de contas da lavoura); Família Godinho de Carvalho, Figueira e Barros (Livros de contabilidade da casa agrícola desde 1901 até ao presente); Livros de contabilidade de Manuel Lopes Azevedo, rendeiro da Herdade da Fonte Ferreira (1909 –1921).
- Arquivo Distrital de Portalegre: Registos Paroquiais de Avis.
- Imprensa regional.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de – *Elites Sociais Locais Alentejanas: Continuidade e Mudança. Avis 1886 – 1941*, tese de dissertação para obtenção do título de Mestre, ISCTE, Lisboa, 1997.

*IDEM* – *Família e Poder no Alentejo. Elites de Avis – 1886-1941*, Edições Colibri, Lisboa, 1997.

*IDEM* – “Elites políticas alentejanas: continuidade e mudança no concelho de Avis nos finais do século XIX e 1ª metade do século XX”, in MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.) – *Estudos Autárquicos*, Boletim do Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, Ano IV, nº 6 e 7, 1º e 2º Semestres de 1996, pp. 189 – 240.

*IDEM* – “Classificações ocupacionais em meio rural: abordagem inicial do concelho de Avis a partir de algumas fontes”, Seminário *Classificações Ocupacionais e Classificações Sociais*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 7-8 Outubro, 1999. Disponível em [WWW.PACO.ISCTE.PT](http://WWW.PACO.ISCTE.PT).

*IDEM* – “Percurso de Pobreza em Meio Rural: As Mulheres no Hospital da Misericórdia de Avis”, IV Congresso de Sociologia, Associação Portuguesa de Sociologia, Coimbra, 17-19 Abril, 2000.

CABRAL, Manuel Villaverde de (Seleção, prefácio e notas) – *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal, sécs. XIX e XX*, Editorial Inova, Porto, 1974.

CALDAS, João Lemos de Castro – *Parcerias agrícolas em Portugal no último meio século*, Tese de doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, 1988.

CUTILEIRO, José – *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, 1ª edição portuguesa, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1977.

FARIA, Manuel Severim de (1583 – 1655) – *Notícias de Portugal*, (1ª ed. de 1655), 2ª impressão acrescentada pelo Padre D. Jozé Barbosa, Oficina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa, 1740.

FONSECA, Helder Adegar – *O Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1996.



- IDEM e REIS, Jaime – “José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração”, in *Análise Social*, vol. XXIII (99), 1987, pp. 865 – 904.
- IDEM e SANTOS, Rui – “Três séculos de mudanças no sector agrário alentejano: a região de Évora nos séculos XVII a XIX”, *Ler História*, 40 (2001), pp. 43 – 94.
- FONSECA, Jorge – “Uma Vila Alentejana no «Antigo Regime» – Aspectos Sócio-económicos de Montemor-o-Novo nos séculos XVII e XVIII”, in *Almensor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 4, 1986, pp. 119 – 207.
- IDEM – “Um Nobre alentejano do século XVIII e a sua casa – o inventário de Valentim Lobo da Silveira”, in *Almensor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 8, 1990, pp. 227 – 261.
- IDEM – “Propriedade e exploração da terra em Évora nos séculos XVIII e XIX”, in *Ler História*, nº 18, 1990, pp. 111 – 138.
- IDEM – “Um Lavrador Setecentista Alentejano e o seu livro de «Memórias»”, in *Almensor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 13, 1995 – 1996, pp. 127 – 151.
- GRAÇA, Laura Larcher – *Propriedade e Agricultura. Evolução do modelo dominante de sindicalismo agrário em Portugal*, Dissertação para obtenção do grau de Doutor, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 1995.
- HESPANHA, Pedro – “Através dos Campos dos Senhores da Terra. Notas para o estudo da grande lavoura alentejana oitocentista”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 11, Maio, 1983, pp. 61 – 80.
- LUZ, Caetano da Silva, Visconde de Coruche (1842-1904) – *A agricultura e o paiz: a independencia e a liberdade definidas pela cultura dos cereaes*, Typ. Universal, Lisboa, 1886.
- MARTINS, Conceição Andrade – “Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos”, in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992, pp. 367 – 404.
- MARTINS, Júlio Silva – *Estruturas Agrária em Portugal Continental*, Prelo, 2 vols., Biblioteca de Economia, Lisboa, 1973 e 1975.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo de Freitas – “Revolução Liberal e Regime Senhorial: «A Questão dos Forais» na Conjuntura Vintista”, in *Revista Portuguesa de História*,

tomo XXIII, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1987, pp. 143 – 182.

IDEM – “Concelhos e comunidades”, in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, volume 4º, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, pp. 303 – 331.

IDEM – *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750 - 1832)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1998.

OLIVEIRA, César (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.

PEREIRA, Zélia – “Estruturas Agrárias, Sociedade Local e Poder Municipal em Almada (1827)”, in *Anais de Almada. Revista Cultural*, 2, 1999, pp. 121 – 156.

PICÃO, José da Silva – *Através dos Campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1983 (edição original de 1903, reeditada em 1947).

POINSARD, Léon – *Le Portugal Inconnu. Paysans, Marins et Mineurs*, Bureaux de la Science Sociale, Paris, 1910.

PORTAS, Carlos – “O Alentejo: situação e perspectivas sócio-económicas”, in *Análise Social*, vol. V (18), Lisboa, 1967, pp. 185 – 206.

REIS, Jaime – *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850 - 1930)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1993.

ROCHA, Maria Manuela – *Propriedade e Níveis de Riqueza. Formas de Estruturação Social em Monsaraz na 1ª Metade do Séc. XIX*, Edições Cosmos, Lisboa, 1993.

SANTOS, Rui – “Senhores da terra, senhores da vila: elites e poderes locais em Mértola no século XVIII”, in *Análise Social*, Vol. XXVIII (121), 1993, pp. 345-369.

IDEM – *Celeiro de Portugal Algum Dia. Crescimento e Crises Agrárias na Região de Évora. 1595 – 1850*, dissertação para obtenção do grau de Doutor em Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995.

*Senhores da Terra. Diário de um Agricultor Alentejano (1832 - 1889)*, estudo e selecção de Ana Cardoso de Matos, M. C. Andrade Martins e M. L. Betencourt;

prefácio de Jaime Reis, Temas Portugueses, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1982.

SERRÃO, José Vicente – “A Agricultura e a Terra”, in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, vol. 4º, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, pp. 73 – 88.

SILBERT, Albert – *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, XVIIIe - début du XIXe siècle: contribution à l'Histoire Agraire Comparée*, S.E.U.P.E.N., Paris, 1966.

IDEM – *Le problème agraire portugais au temps des premières Cortes libérales (1821-1823)*, PUF, Paris, 1968.

IDEM – *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, 3ª ed. (1ª ed. de 1970), Livros Horizonte, Lisboa, 1981.

SILVA, António Martins da – “A desamortização”, in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, vol. 5º, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, pp. 339 – 353.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da – *Revolução liberal e propriedade: a venda dos bens nacionais no distrito de Évora (1834 – 1852)*, Tese de doutoramento em História apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humana da Universidade Nova de Lisboa, 1988.